

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2026

Proc. Administrativo 079/2026

DA FINALIDADE: Inexigibilidade de Licitação

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal no "Curso Completo Sobre as Parcerias do Poder Público com o Terceiro Setor: MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014)".

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 24.772.287/0001-36, situada na Av. Mato Grosso, 66 NE, Centro.

DA CONTRATADA: AP ORGANIZACAO PAULISTA EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº **09.602.302/0001-04**, estabelecida na Rodovia Olegario Ferraz, S/N, Bairro Aeroporto, Araçatuba-SP.

DA JUSTIFICATIVA: A atuação dos servidores públicos envolvidos com os fomentos e termos de cooperação técnica com base na Lei 13.019/2014 exige constante atualização e capacitação técnica, tendo em vista as inúmeras alterações legislativas, normativas e orientações emitidas pelos órgãos de controle no que se refere as Parcerias do Poder Público com o Terceiro Setor: MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014);

O Município de Campo Novo do Parecis realiza rotineiramente parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para a execução de serviços de relevância pública. No entanto, a **Lei nº 13.019/2014 (MROSC)** estabeleceu um regime jurídico complexo e rigoroso, que exige um fluxo procedimental específico de chamamento público, formalização, monitoramento e prestação de contas, distinto das licitações comuns;

A problemática identificada reside na **necessidade de atualização técnica imediata** dos servidores **Lucas Kolling, Priscilla Gimenez Siqueira Gonçalves Olsson e Ana Ligia Martins de Lima**. A ausência de domínio especializado sobre as inovações normativas e entendimentos dos Tribunais de Contas gera um cenário de insegurança jurídica, podendo resultar em, Inépcia na elaboração de editais de chamamento, Falhas na fiscalização da execução das metas pelas entidades e Rejeição de contas pela Corte de Contas em virtude de erros formais ou materiais.

A contratação fundamenta-se no Princípio da Eficiência (Art. 37, CF) e no Princípio da Segregação de Funções. Para que o Município cumpra seu papel fiscalizador, seus agentes devem possuir capacidade técnica superior ou equivalente aos entes parceiros. A indicação nominal dos servidores justifica-se por sua atuação direta na linha de frente dos processos de parceria, onde o conhecimento intelectual especializado é a principal ferramenta de mitigação de riscos de improbidade administrativa.

Portanto, a participação no curso justifica-se pela necessidade de atualizar e aprimorar os conhecimentos técnicos de servidor responsável por esses processos da

prefeitura, trazendo alinhamento às exigências da Lei nº 13.019/2014 e às orientações dos órgãos de controle, para garantir maior segurança jurídica, eficiência administrativa e transparência nos processos de contratação, minimizar riscos de falhas, atrasos ou descumprimento da parceria, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos, fortalecendo a gestão e fiscalização das parcerias celebradas com as associações;

Com isso entende-se que a contratação da empresa especializada para a oferta do curso completo de Parcerias do Poder Público com o Terceiro Setor: MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014), revela-se medida necessária e de relevante interesse público, pois proporcionará aprimoramento profissional, eficiência administrativa e cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública.

RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E DO VALOR: As contratações realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei, obrigação essa advinda do dispositivo constitucional, previsto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determinou que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações;

A licitação foi o meio encontrado pela Constituição Federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações;

O objetivo da licitação, portanto, é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é a regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, tendo em vista a impossibilidade de se estabelecer a concorrência entre licitantes;

A Lei previu exceções à regra de realização da licitação, através de hipóteses de Dispensas e Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de contratações realizadas sob a regência dos artigos 72 a 75 da Lei nº 14.133/2021;

O art. 74 da Lei nº 14.133/2021 elencou, em seus incisos, exemplos daquilo que caracteriza inviabilidade de competição, dentre eles, o contido no inciso III, o qual permite a contratação direta quando se tratar de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, a saber:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

No caso em tela, a inexigibilidade de licitação é necessária para contratação da empresa AP ORGANIZACAO PAULISTA EM GESTAO PUBLICA LTDA, visando à capacitação dos servidores através do curso completo de Parcerias do Poder Público com o Terceiro Setor: MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014);

O curso será ministrado pelo professor Valtuir Pereira Nunes, Economista e pós-graduado em Regulação dos Serviços Públicos, pela UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ex-Auditor Público Externo do Tribunal de Contas do Estado do RS, onde atuou por 37 anos, exercendo atividades como Assessor Técnico da Diretoria de Controle e Fiscalização, Chefe de Gabinete do Ministério Público de Contas, Consultor Técnico, Assessor Especial da Presidência e Diretor-Geral do TCE-RS. É consultor, palestrante e instrutor de cursos sobre Gestão Pública, como Dados Abertos Governamentais, Transparência e Controle Social, Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – Terceiro Setor, Governança Pública, Educação Fiscal e Cidadania, Ética e Combate à Corrupção, Acesso à Informação e Jornalismo de Dados, Governança Corporativa e Compliance – Leis das Estatais, Inovação na Gestão Pública, Gestão de Pessoas, entre outros temas;

Estima-se que o valor final da contratação para 3 participantes com desconto fica em R\$ 10.668,00 (dez mil seiscentos e sessenta e oito reais), o valor inclui almoço, coffee break, Material didático;

Conforme demonstrado na pesquisa de preços e de acordo com as notas fiscais anexadas a este Estudo, o valor está dentro do praticado no mercado.

ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E SERVIDORES INSCRITOS: Inscrição de 03 (três) servidores do município para o Curso Completo Sobre as Parcerias do Poder Público com o Terceiro Setor - MROSC - Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.019/2014), com o professor Valtuir Pereira Nunes, que será realizado nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2026 em São Paulo-SP, com certificação para os participantes ao final da capacitação.

Relação dos servidores inscritos para capacitação:

NOME	CARGO
Lucas Kolling	Assessor Jurídico
Priscilla Gimenez Siqueira Gonçalves Olsson	Assessora Jurídica
Ana Lígia Martins de Lima	Diretora de Parcerias

DA RELAÇÃO DO ITEM COM QUANTITATIVO E VALOR:

Nº do item	Item	Descrição	UND	QTD	Valor	Total
1	9278	TAXA DE INSCRIÇÃO DE CURSO	un - unidade	3	3.556,00	10.668,00

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações da Administração Pública:

- Emitir ordem de fornecimento e zelar para o bom cumprimento do objeto;
- Receber o serviço no prazo e nas condições estabelecidas neste Instrumento;

- c) Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;
- d) Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas neste Instrumento;
- e) Fiscalizar a execução dos serviços prestados;
- f) Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- g) Aplicar as sanções administrativas pertinentes, em caso de inadimplemento;
- h) Caberá ao Município receber o serviço contratado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Instrumento.

São obrigações do fornecedor contratado:

- a) Cumprir rigorosamente os termos do ajuste, ao qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações ou cancelamentos, quer seja nos preços ou nas condições estabelecidas;
- b) Efetuar o serviço de acordo com o solicitado, bem como das normas constantes no Instrumento;
- c) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração Municipal, por meio da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- d) Responder legal e financeiramente por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando ao CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo sob o fundamento de solidariedade;
- e) Será responsável pelo fornecimento dos serviços dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na Lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor ao Município;
- f) A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal e comercial;
- g) Refazer os serviços em desacordo com as especificações constantes no pedido, sem ônus a Administração;
- h) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Campo Novo do Parecis, no tocante ao fornecimento do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: Pelo instrumento ora realizado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância de **R\$ 10.668,00 (dez mil e seiscentos e sessenta e oito reais)** e o pagamento será efetuado, em parcela única, por meio de Ordem Bancária (OB) emitida em favor do fornecedor, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota Fiscal/fatura dos itens/serviços efetivamente entregues, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.



DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas necessárias para execução do evento serão cobertas com recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento desta Prefeitura:

02.001.04.122.0002.20001.3390000000.15000000000000

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação, conforme Art. 74, inciso III, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021. O instrumento contratual fica dispensado por se tratar de execução de serviço imediato.

Campo Novo do Parecis, 19 de janeiro de 2025.

Tarcísio Nascimento da Silva
Agente de Contratação

Ratifico a Inexigibilidade do procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e autorizada.

Edilson Antonio Piaia
Prefeito Municipal



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B2D6-321D-9F4B-1D57

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDILSON ANTONIO PIAIA (CPF 390.XXX.XXX-91) em 19/01/2026 07:59:19 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



TARCISIO NASCIMENTO (CPF 797.XXX.XXX-15) em 19/01/2026 14:17:50 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 19/01/2026 às 15:17 e assinada digitalmente pela 1Doc para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://camponovodoparecis.1doc.com.br/verificacao/B2D6-321D-9F4B-1D57>